

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

CARLOS EDUARDO GIANETTI

**SURGIMENTO DO QUALIS ARTÍSTICO: um novo
processo de avaliação do produto artístico**

SÃO CARLOS – SP
2020

CARLOS EDUARDO GIANETTI

SURGIMENTO DO QUALIS ARTÍSTICO: um novo
processo de avaliação do produto artístico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Prof^o Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade.

SÃO CARLOS – SP
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Carlos Eduardo Gianetti, realizada em 20/02/2020.

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
UFSCar

Prof. Dr. Eduardo Nespoli
UFSCar

Profa. Dra. Paula Ferreira Vermeersch
UNESP

Aos que assim como eu: pobres, periféricos, minoria LGBTQIA, oriundos de famílias pobres, possam, através da educação formal [básica e superior], ter condições de mobilidade e ascensão social para transformar suas comunidades, a educação e a ciência brasileira.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e meu segundo pai, Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade, por ter aceitado o desafio de orientar, tutorar e auxiliar este que saiu da periferia da Grande São Paulo com pai pedreiro e mãe dona de casa, que através da mobilidade social chegou até aqui.

Aos meus pais Walter Gianetti e Maria Benedita Gianetti, por serem estes exemplos de vida, coragem e resiliência humana. Por me aceitarem como sou, gay, por me respeitarem acima de tudo e me criarem para o mundo.

À Eliane do Nascimento Chagas Mateus (*in memoriam*), Ex-diretora da Biblioteca do Instituto de Artes da UNICAMP, pelos ensinamentos e leveza em me ensinar por quase 7 anos a ser o profissional bibliotecário que sou hoje.

À Liliane Ferreira da Silva (*in memoriam*), pelos anos de companheirismo na Biblioteca do Instituto de Artes da UNICAMP: sabes o quão grato eu sou a ti pela simplicidade em reconhecer o quanto a vida é breve e singela.

À Silvia Shiroma [bibliotecária do Instituto de Artes da UNICAMP] e Olívia [terceirizada], responsável pela limpeza da Biblioteca: um sorriso, um café e uma amizade para sempre: amo vocês.

À Silvia Sávio, [bibliotecária do Instituto de Física da UNICAMP]: meus sinceros agradecimentos pelas palavras, ajuda financeira e apoio incondicional para que eu aqui chegasse: Bibliotecário-Documentalista na UFSM.

À UNICAMP e ao seu Sistema de Bibliotecas, por terem sido minha escola da vida, inclusive pelo intercâmbio que me propiciaram para viajar ao Canadá e Estados Unidos entre 2015-2016 como Bibliotecário-Visitante.

À UFSCar por ter me permitido o acesso ao ingresso na pós-graduação *stricto-sensu*.

À cada um que participou, vibrou e cuidou de mim em pensamento, palavras, na presença ou minhas ausências por uma vida corrida entre Campinas/SP, São Carlos/SP, São Paulo/SP, Osasco/SP e Cachoeira do Sul/RS.

Gratidão!

“A educação faz-nos livres pelo conhecimento e pelo saber e iguais pela capacidade de desenvolver ao máximo nossos poderes inatos. A justiça social, por excelência, da democracia consiste nessa conquista da igualdade de oportunidades pela educação. Democracia é, literalmente, educação. A democracia é, assim, o regime em que a educação é o supremo dever, a suprema função do Estado.”

(Educação é um direito, Anísio Teixeira, p. 109).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral conhecer o sistema de pós-graduação em artes do país, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do processo de avaliação do Qualis Artístico dos Programas de Pós-graduação em Artes. Tal pesquisa é documental e propõe a análise e discussão dos instrumentos utilizados pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES, na área de Artes, onde existe o indicador chamado Qualis Artístico, criado no ano de 2005, para a inserção de tais pesquisas e produtos artísticos para a avaliação e mensuração nos programas de pós-graduação em Artes, bem como para a avaliação do corpo docente e discente. Para tal, o trabalho tomou o novo e controverso Qualis Artístico como objeto de pesquisa, permitindo entender as especificidades da avaliação artística no Brasil e como tais pesquisadores da área se articularam para montar os critérios e diretrizes. A perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (1930-2002), centrada nos conceitos de campo e capital científico são utilizadas para a responder tais questões. Como princípio, a pesquisa resgata a formação e suas implicações para a organização da comunidade de pesquisadores de artes das universidades brasileiras. Como resultados, foram identificadas falhas na exportação e preenchimento da produção acadêmica do Qualis Artístico no Currículo Lattes para a Plataforma Sucupira e vice-versa.

Palavras-chave: Produção Científica; Produção Artística; Qualis Artístico; Campo científico.

ABSTRACT

This work has as general objective to know the postgraduate system in arts in the country, with the purpose of contributing to the improvement of the evaluation process of the Artistic Qualis of the Postgraduate Programs in Arts. Such research is documentary and proposes the analysis and discussion of the instruments used by the Higher Education Personnel Improvement Commission - CAPES, in its Arts area, where there is an indicator called Qualis Artístico created in 2005 for the insertion of such research, artistic products for the evaluation and measurement of postgraduate programs in Arts, as well as for the evaluation of the faculty and students. To this end, the work intends to take a new and controversial Qualis Artístico as an object of research, allowing to understand the specificities of artistic evaluation in Brazil and how such researchers in the area have articulated themselves to assemble the criteria and guidelines. Bourdieu's theoretical perspective, centered on the concepts of field and scientific capital are used to answer such questions. As a principle, research will rescue training and its implications for the organization of the community of art researchers from Brazilian universities.

Keywords: Scientific Production; Artistic production; Qualis Artístico; Scientific field.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Histórico de avaliações da CAPES

21

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CIÊNCIA E DISPUTAS SIMBÓLICAS	16
2.1	CAMPO CIENTÍFICO	16
3	CAPES E A AVALIAÇÃO DA CIÊNCIA E BRASILEIRA	20
3.1	HISTÓRICO	20
3.2	PORTAL DE PERIÓDICOS	23
3.2.1	Universidade Aberta do Brasil – UAB	24
3.3	O DATA CAPES E O COLETA DE DADOS	26
3.4	PLATAFORMA SUCUPIRA	27
4	QUALIS ENQUANTO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO	29
4.1	QUALIS	29
4.2	METODOLOGIA – QUALIS PERIÓDICOS	31
5	QUALIS ARTÍSTICO	34
5.1	HISTÓRICO	34
5.2	TRAJETÓRIA	35
5.2	A PRODUÇÃO ARTÍSTICA E OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	39
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	43
	APÊNDICE A – Comparativo: Área da Música	46
	APÊNDICE B – Comparativo: Área de Artes Cênicas	49
	APÊNDICE C – Comparativo: Área de Artes Visuais	52

1 INTRODUÇÃO

O sistema de avaliação da pós-graduação é, de um modo geral, considerado necessário para o bom desempenho dos programas e cursos. No entanto, existem críticas por parte dos profissionais da área artística sobre a inadequação de certos critérios que não consideram suficientemente as peculiaridades ou a heterogeneidade da área Artes na CAPES. Importante destacar que, entre os anos de 1998 a 2016, o Comitê chamava-se Artes/Música. A partir de 2017 passou a chamar Artes e neste trabalho será adotado o nome do comitê como Artes. São estabelecidas, portanto, tensões em relação a vários quesitos de avaliação e que requerem pactos entre avaliados e avaliadores, ressalta-se que o Qualis Artístico ainda está em processo, pois não é consolidado até hoje.

A hipótese deste trabalho fundamenta-se no pressuposto de sistematização dos indicadores, das críticas e o confronto destes com o sistema de avaliação do Qualis Artístico-Cultural, sendo que o nome “Qualis Artístico” surgiu a partir de um grupo de docentes coordenados pela Professora Adriana Akayama do Instituto de Artes da UNICAMP no ano 2000. Entre os anos de 2018-2019, através dos seminários de meio-termo, houve a mudança do nome, o que fez com que a partir da próxima avaliação quadrienal (2017-2020) seja uniformizado o nome de Qualis Artístico-Cultural. Então, neste trabalho adota-se o nome de Qualis Artístico, em decorrência do recorte temporal utilizado (época do início de suas discussões e criação: 2003-2007). A análise do documento de área (diretrizes CAPES da área Artes), poderá contribuir para estabelecer um diálogo entre a comunidade acadêmica-artística e seu órgão avaliador e, por fim, tornar a avaliação um processo pactuado entre sistema de avaliação e sistema de avaliação dos programas de pós-graduação em Artes no Brasil.

O objetivo geral da pesquisa é conhecer o Qualis Artístico com a finalidade de compreender e contribuir para o aprimoramento do processo de avaliação dos programas de pós-graduação em Artes que utilizam, em sua totalidade, o Qualis Artístico. Para tal, serão identificados os principais pontos de tensão do processo de avaliação pela análise dos procedimentos utilizados no sistema de avaliação, expressos no documento da CAPES e da área de Artes, com as possíveis opiniões da comunidade acadêmica, apresentadas em artigos de periódicos e monografias.

A CAPES é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação - MEC, focada na expansão e consolidação da pós-graduação stricto-sensu no Brasil. Essa ação é consoante ao momento vivido pelo país na época: o termo pós-graduação começa a ser usado na sociedade brasileira desde os anos quarenta para designar programas e convênios com universidades no exterior. No início dos anos sessenta, são criados cursos de mestrado e/ou doutorado na Universidade de Brasília, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada, na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (SANTOS, 2003, p. 268). Entretanto, a formalização da implantação de cursos de pós-graduação ocorre nos anos sessenta, especificamente em 1965, com a publicação do parecer 977 do Conselho Federal de Educação:

O Parecer 977 estabelecia a pós-graduação conforme o modelo norte-americano. A pós-graduação stricto sensu dar-se-ia em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisito entre o primeiro e o segundo (mestrado e doutorado). A primeira parte dos cursos seria destinada a aulas e a segunda a confecção do trabalho científico de conclusão (dissertação ou tese). Os currículos seriam compostos conforme o modelo norte-americano, que compreendia o major (área de concentração) e o minor (matérias conexas) (SANTOS, 2003, p. 629-630).

Entre 1976 e 1977, a CAPES passa a empregar um sistema de avaliação em que as informações enviadas pelos cursos de pós-graduação são analisadas por comissões especificamente criadas para essa finalidade. A proposta era avaliar, acompanhando a evolução quantitativa e detectando os níveis de qualidade, problemas e carências desses programas (SOUZA; PAULA, 2002, p. 7). De acordo com as autoras:

Esse sistema apoiou-se na orientação e princípios básicos do I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), no qual se explicitava a preocupação com a regulamentação da expansão do sistema de cursos, a manutenção do padrão de qualidade, a qualificação docente das instituições de ensino superior, a eficiente alocação de recursos públicos e o estabelecimento de um fluxo permanente de informações que permitissem aos órgãos públicos a operacionalização de estratégias e a fixação de prioridades (SOUZA; PAULA, 2002, p. 7).

Esse sistema de avaliação passou por mudanças periódicas e sua estrutura e funcionamento foram ajustados às exigências decorrentes dos avanços da ciência e tecnologia e do desenvolvimento dos programas de pós-graduação no Brasil (SOUZA; PAULA, 2002, p. 7).

Em junho de 1997, a CAPES recebeu a visita de um grupo de consultores internacionais cuja missão é fazer uma avaliação do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação mantido pela agência (BRASIL B, 1997, p. 21). Essa visita reflete o reconhecimento da mudança do papel da Avaliação da CAPES:

A finalidade histórica da avaliação, no Brasil, foi inicialmente a de selecionar cursos de pós-graduação para receberem apoio financeiro do governo federal, principalmente por meio de bolsas de estudo. Hoje, ela continua a ter esse papel ratificador e classificador, mas também serve como uma fonte de aconselhamento crítico para as instituições (BRASIL, 1997, p. 22).

O grupo de consultores considerou o sistema benéfico por promover o aumento da qualidade e quantidade dos programas de pós-graduação no Brasil, num esforço de atingir padrões internacionais. A comissão de consultores apresentou, ainda, recomendações sobre a necessidade de adoção de uma política e de procedimentos de avaliação, como mostrados a seguir:

- Política de Avaliação;
- A CAPES e outras agências de financiamento devem atuar de forma coordenada com outras fontes de financiamento para assegurar um apoio coerente à pesquisa e aos programas acadêmicos;
- Os comitês de avaliação devem incluir um representante de outra disciplina e, sempre que possível, um representante da mesma disciplina, de outro país;
- Os programas de pós-graduação devem ser avaliados num ciclo de 3 a 5 anos;
- As categorias de classificação usadas no processo de avaliação dos programas precisam ser definidas e esclarecidas pela CAPES em conjunto com cada comitê de área.

Em relação ao processo de avaliação:

- A CAPES precisa simplificar a tarefa de coleta de dados;
- Visitas *in loco* devem ser obrigatórias para qualquer programa novo a ser avaliado pela CAPES;
- Visitas *in loco* devem ser obrigatórias para qualquer programa cujo conceito vai baixar para C ou menos. Neste caso, a visita dos representantes do comitê de avaliação tem que ser feita antes da oficialização do novo conceito;
- Todo programa deve receber uma visita dos representantes do comitê de avaliação a cada período de avaliação;
- Uma autoavaliação pelo programa deve fazer parte do processo de avaliação;
- Considerações referentes à infraestrutura, aos fundos para pesquisa e ao suporte técnico devem servir de indicadores importantes para avaliar a viabilidade de um programa novo e o potencial de um programa já estabelecido;
- Os programas devem indicar o tempo médio de titulação e as taxas de desistências e de titulação para cada nova turma admitida;
- No caso de programas que tenham tido o seu conceito diminuído e ficado com C ou menos, um conceito preliminar deve ser comunicado ao pró-reitor de pós-graduação;
- Devem ser implementados procedimentos que permitam acompanhar as carreiras dos doutores formados em programas financiados pela CAPES;

- Os programas devem apresentar à CAPES, anualmente, um curto relatório do follow-up para indicar quais ações foram adotadas em resposta às recomendações contidas no relatório de avaliação. (BRASIL B, 1997, p. 23-25).

O acompanhamento anual de programas de pós-graduação, iniciado em 1976 e finalizado em 1983 foi sofrendo alterações. Desse modo entre 1984-1997 foi adotado o processo de avaliação bienal, que passou a ser feita em ciclos trienais a partir de 1998 até o ano de 2012 (BRASIL A, s.d.).

Também em 1998 foi implantada a base de dados Qualis. Trata-se de um “conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação” (BRASIL C, s.d.). Concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação, o Qualis é alimentado atualmente por meio dos dados fornecidos pelos programas de pós-graduação à Plataforma Sucupira (anteriormente denominada Coleta CAPES). O Coleta CAPES e a Plataforma Sucupira serão objetos de discussão posterior neste trabalho.

De acordo com a CAPES, a Plataforma Sucupira é “uma ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliação e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação” (BRASIL, 2014).

Como resultado do uso desse sistema, a CAPES espera aumentar a transparência dos dados, facilitando a inserção dos dados necessários à avaliação pelos programas de pós-graduação, agilizar a consulta e o acompanhamento dos dados e aumentar a confiabilidade, precisão e segurança das informações (BRASIL, 2014).

Em busca de aprimoramento, está também este na base de avaliação:

O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária, na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios) (BRASIL A, s.d.).

Balbachevsky (2005) cita esse sistema de avaliação como um dos fatores que contribuem para a qualidade e o sucesso da pós-graduação brasileira. Para a autora, “A realização periódica dessa avaliação permitiu vincular o apoio oficial ao desempenho dos programas e terminou por estabelecer um padrão mínimo de qualidade acadêmica para os programas” (BALBACHEVSKY, 2005, p. 276). Compreende-se então, que o sistema de avaliação da CAPES tem papel importante

no desenvolvimento da pós-graduação brasileira por estabelecer, de um lado, um marco regulatório e, de outro, o incentivo à sua melhoria.

Segundo Velho (2010), a construção de indicadores e fórmulas de avaliação dos programas é um aspecto estratégico da política de ciência e tecnologia nacional. Em suas palavras,

O 'sucesso' de um instrumento de política não se mede mais apenas pelos resultados dos projetos financiados em termos de produção acadêmica (número de publicações e citações), ainda que esses indicadores continuem a ser chave e usados de maneiras e em situações em que têm pouca legitimidade. Desenvolve-se metodologias para estimar os impactos econômicos e sociais, assim como novos instrumentos para detectar oportunidades para financiamento da pesquisa pública. Há busca por indicadores de inovação, com a criação de estruturas sistemáticas para coleta de informação, bases de dados e métodos de análise e interpretação (VELHO. 2010, p. 16).

Nessa perspectiva de aprimoramento e de ampliação de seu escopo de atividades, a CAPES atua hoje, com base nas seguintes prioridades (BRASIL, s.d.):

- Avaliação da pós-graduação stricto sensu;
- Acesso e divulgação da produção científica;
- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e no exterior;
- Promoção da cooperação científica internacional;
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

Para o ciclo mais recente de análise dos programas de pós-graduação (2013-2016 publicado em 2017), os quesitos de avaliação considerados foram:

- Proposta do programa;
- Corpo Docente;
- Corpo discente, teses e dissertações;
- Produção Intelectual;
- Inserção social e Internacionalização. (BRASIL, 2017).

Pode-se afirmar que as diretrizes propostas pela CAPES não estão isentas de críticas. Entender as diretrizes e metas da CAPES e as críticas da comunidade científica parece ser importante para contribuir com o aprimoramento de seu processo de avaliação. Reconhecer os méritos do processo de avaliação e das críticas e propostas da comunidade científica em relação a esses processos são passos importantes para percorrer o caminho do aprimoramento da pós-graduação em Artes no país.

O interesse desse trabalho é analisar um aspecto relativamente novo e controverso da avaliação de produção científica por parte da CAPES, que consiste no

esforço de considerar as produções artísticas. Quais são os aspectos distintivos da avaliação das atividades artísticas no interior das universidades? Como os pesquisadores das áreas artísticas se mobilizaram para criar instrumentos de avaliação específicos para suas atividades? A perspectiva teórica de Bourdieu, centrada nos conceitos de campo e capital científico será utilizada para responder a essas questões.

Para isso, o presente trabalho pretende tomar o Qualis Artístico como objeto de pesquisa. O caso do Qualis Artístico pode permitir entender as especificidades da avaliação artística no Brasil e como os pesquisadores da área se articularam para montar os critérios e diretrizes. Eles se comportaram como um grupo de elite, discutindo as formas de avaliação e valorizando suas próprias práticas em seu campo artístico? Ou incorporaram as diretrizes dos diferentes agentes do campo artístico nas universidades?

A princípio a pesquisa irá resgatar a formação e as suas implicações para a organização da comunidade de pesquisadores de artes nas universidades brasileiras.

2 CIÊNCIA E DISPUTAS SIMBÓLICAS

A avaliação da pós-graduação requer o estabelecimento de um marco teórico de referência que permita interpretar adequadamente os dados empíricos. Partiu-se do pressuposto de que a pós-graduação, além de seus objetivos de formação de quadros para a pesquisa e o ensino, configura-se como um campo de disputas científicas.

Para isso, recorreu-se inicialmente ao conceito de campo, de Bourdieu (1983; 2004), que estendeu essa noção também para explicar as disputas do campo científico. Em seguida, foi abordado o conceito de avaliação. Na obra do pesquisador sueco Peter Dahler-Larsen (2011) encontra-se uma profunda e atualizada revisão bibliográfica sobre o assunto.

2.1 CAMPO CIENTÍFICO

Segundo Bourdieu, campo é o:

universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Desse modo, Bourdieu não acredita na existência de atividades científicas puras ou neutras, desvinculadas do político e do social, mas também não vê a ciência sendo apenas determinada por demandas político-econômicas. Para o autor, por seu caráter social, o campo científico tem peculiaridades. Dentre elas, uma certa independência em relação ao mundo global que o envolve. Portanto, o campo científico é “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

Afirma ainda, Bourdieu:

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Essa estrutura é, grosso modo, determinada pela distribuição do capital científico num dado momento. Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu

peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço (BOURDIEU, 2004, p. 23-24).

O campo científico é, então, o lugar de uma luta concorrencial que coloca em questão o monopólio da “autoridade científica” (a capacidade técnica e o poder social) ou o monopólio da “competência científica” (capacidade de falar e agir legitimamente, de maneira autorizada e com autoridade). Essa autoridade ou competência é socialmente outorgada a um agente determinado” (BOURDIEU, 2004, p. 25).

Assim, um indivíduo tem poder no campo, se for socialmente forte, e esse poder aumenta conforme o seu “crédito científico” ou “sua posição na estrutura da distribuição do capital” (BOURDIEU, 2004, p. 25).

O crédito científico é parte do capital científico. No âmbito acadêmico,

o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se que é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico (o número de menções do Citation Index é um bom indicador, que se pode melhorar, como o fia na pesquisa sobre o campo universitário francês, levando em conta os sinais de reconhecimento e de consagração, tais como os prêmios Nobel ou, em escala nacional, as medalhas do CNRS [Centre National de la Recherche Scientifique, Paris] e também as traduções para as línguas estrangeiras (BOURDIEU, 2004, p. 26).

O capital científico pode ser caracterizado ao menos de duas maneiras (BOURDIEU, 2004, p. 35): capital científico institucionalizado: poder temporal, político, institucional e institucionalizado, poder sobre os meios de produção e de reprodução; e capital científico puro: prestígio, poder específico, reconhecimento por pares.

esse contexto é chamado de estruturas objetivas que são cercadas por lutas. Não importa qual seja o campo, “ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade” (BOURDIEU, 2004, p. 29). Nessa luta, “os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição de ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem” (BOURDIEU, 1983, p. 128).

A luta pela autoridade científica, espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital, deve o essencial de suas características ao fato de que os produtores tendem, quanto maior for a autonomia do campo, a só ter como possíveis clientes seus próprios concorrentes. Isto significa que, num campo científico fortemente autônomo, um produtor particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos (‘reputação’, ‘prestígio’, ‘autoridade’, ‘competência’, etc.) dos outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são menos inclinados a reconhecê-lo sem discussão ou exame (BOURDIEU, 1983, p. 127).

Dentro do campo, quanto maior o capital, mais influentes são os indivíduos. Nessa disputa, cada um desenvolve estratégias, seja para a conservação das estruturas vigentes, seja para sua transformação. A luta maior, no entanto, volta-se para a autonomia: “Quanto mais os campos científicos são autônomos, mais eles escapam às leis sociais externas” (BOURDIEU, 2004, p. 30), e

quanto mais um campo é heterônimo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas. Ao contrário, quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção de forças puramente sociais (argumento de autoridade, sanções de carreira, etc.) e as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas, e reciprocamente: para se fazer valer aí, é preciso fazer valer razões; para aí triunfar, é preciso fazer triunfar argumentos, demonstrações e refutações (BOURDIEU, 2004, p. 32).

Para aumentar o capital científico os indivíduos devem, portanto, ou ter poder político ou prestígio. Nessa busca por capital, é preciso lidar com a “verdade da pesquisa[:] os plágios, o roubo de ideias, as querelas de prioridades e tantas outras práticas que são tão antigas quanto a própria ciência” (BOURDIEU, 2004, p.31).

O paradoxo dos campos científicos, entretanto, é que eles produzem, ao mesmo tempo, essas pulsões destrutivas e o controle dessas pulsões. Se você deseja triunfar sobre um matemático, é preciso fazê-lo matematicamente pela demonstração ou refutação. Evidentemente, há sempre a possibilidade de que o soldado romano corte a cabeça de um matemático, mas isso é um “erro de categoria”, diriam os filósofos. Pascal veria nisso um ato de tirania que consiste em utilizar numa ordem um poder que pertence a outra ordem. Mas um tal triunfo não o é, realmente, segundo as normas próprias do campo (BOURDIEU, 2004, p. 32).

A autonomia de uma ciência depende, por sua vez, “do grau de necessidade de recursos econômicos que ela exige para se concretizar” e sobretudo:

do grau em que o campo científico está protegido contra as intrusões (mediante, principalmente, o direito de entrada mais ou menos elevados que ele impõe aos recém-chegados e que depende do capital científico coletivamente acumulado) e do grau em que é capaz de impor suas sanções positivas ou negativas (BOURDIEU, 2004, p. 34-35).

Como as áreas têm diferentes necessidades de recursos econômicos, alguns pesquisadores tornam-se administradores desses recursos. Esse controle lhes permite exercer um poder tirânico sobre a pesquisa (BOURDIEU, 2004, p. 41). E mais uma luta é fomentada no campo científico. Sobre isso há, ainda, outra questão:

Sabe-se que um dos problemas a resolver, para passar da invenção à inovação, e sobre o qual numerosos analistas têm refletido, é o da comunicação entre o campo científico e o campo econômico. Os desafios não

são os mesmos, os fins não são os mesmos, os agentes têm filosofia de vida inteiramente diferentes, e até opostas, e, portanto, geradoras de profundos mal-entendidos: de um lado, a lógica da luta específica, interna ao campo; de outro, a pesquisa do lucro, da rentabilidade que leva a dar prioridade ao problema do screening, da indicação de intervenções capazes de se tornar inovações (como descobrir as descobertas e os descobridores interessante e, antes ainda, como estar informado disso) que remete ao problema dos gobetween, dos mediadores capazes de fazer vincular a informação e de assegurar o vínculo (BOURDIEU, 2004, p. 54).

Dessa forma, para fazer progredir a ciência, é preciso fazer progredir as condições práticas da autonomia, excluindo o uso do que Bourdieu chama de “armas não específicas”, de forma que somente uma competição regulada, adequada ao campo e lógica seja praticada (BOURDIEU, 2004, p. 42-43).

Isso é parte do uso social da ciência: “colocar a ciência, e, mais especificamente, a ciência da ciência, a serviço da ciência, do progresso desta” (BOURDIEU, 2004, p. 43). Além disso, “o equipamento científico necessário à revolução científica só pode ser adquirido na e pela comunidade científica” (BOURDIEU, 1983, p. 143).

Por trás das problemáticas dos especialistas sobre o valor relativo dos regimes universitários se esconde, inevitavelmente, a questão das condições ótimas para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, do melhor regime político - os sociólogos americanos tendem a fazer da “democracia liberal” de estilo americano a condição de democracia científica” (BOURDIEU, 1983, p. 130).

Há também o alerta para o perigo da homogeneização. As trajetórias de pesquisa são variadas, como também são variados os modos de entrar e sair da pesquisa, de tornar-se pesquisador. “Toda descrição que se limita às características gerais de uma carreira qualquer faz desaparecer o essencial, isto é, as diferenças” (BOURDIEU, 1983, p. 136). Portanto,

o primeiro ato de uma ciência social realmente científica consistirá em tomar por objeto de análise a construção social dos objetos de estudo propostos pelas instâncias estatais à sociologia - por exemplo, hoje, a delinquência, as “periferias”, a droga, etc. - e as categorias de análise que os acompanham e que são acionadas sem problema pelas grandes instituições de pesquisa estatais, INSEE, CREDOC, sem falar nos institutos de opinião (BOURDIEU, 2004, p. 56).

Em síntese, antecede a análise da atividade científica a compreensão das características políticas, sociais e econômicas desse campo, que Bourdieu (1983; 2004) caracteriza como um campo de lutas por prestígio e poder político. E os processos de avaliação da atividade científica são certamente afetados por essas disputas.

3 CAPES E A AVALIAÇÃO DA CIÊNCIA E BRASILEIRA

3.1 HISTÓRICO

A CAPES foi criada em 1951, conforme Decreto nº 29.741 de 11 de julho de 1951, como “Campanha de Nacional Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”, subordinada ao Ministério da Educação e da Cultura, MEC com o objetivo de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país. Anísio Teixeira foi seu primeiro diretor, permanecendo no cargo de 1951 até 1964. Neste último ano, a instituição alterou seu nome para “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”, denominação mantida até os dias atuais.

Desde que foi fundada, a CAPES procurou criar mecanismos para a promoção de intercâmbios e cooperação entre universidades, principalmente por meio da oferta de bolsas de estudos no Brasil e no exterior. Em 1966, com a implantação dos planos nacionais de desenvolvimento, a instituição ampliou seus objetivos, incluindo: “qualificação do corpo docente e formulação de nova política para a Pós-Graduação” (BRASIL A, s.d.).

Cada vez mais preocupada com o controle e aprimoramento dos cursos, a CAPES passou a fazer avaliações, buscando uma metodologia adequada. Os membros da comunidade acadêmica participam como consultores tanto na avaliação de projetos que solicitam bolsas de estudos quanto nos processos globais de avaliação de programas.

A partir de 1977, essas consultorias assumiram a forma de comissões, e mais tarde foram institucionalizadas, com seus presidentes passando a integrar um conselho técnico científico, com direito inclusive a participação no conselho superior da agência (CAPES, p. 22).

Nesse período, e com a colaboração de consultores, a CAPES desenvolveu uma sistemática de avaliação. “A primeira delas foi realizada em 1978, após algumas experiências que permitiram a definição do quadro metodológico” (CAPES, 2002, p. 22). Esta avaliação ofereceu um quadro sobre aquilo que vinha sendo feito desde 1976. Em 1982, o papel dos consultores acadêmicos foi reconhecido oficialmente, como uma das consequências do Decreto nº 86.816, de janeiro do mesmo ano.

Neste interim, cabe ressaltar que as avaliações dos programas de pós-graduação vieram antes da criação do Qualis. As avaliações foram realizadas oficialmente desde 1976 (BRASIL E, s.d.) anualmente. A partir de 1984 assumiram caráter bienal. Essa periodicidade foi mantida até 1998, quando o intervalo avaliado passa a de três anos, modelo alterado na última avaliação [a partir de 2014] que passou a ser quadrienal, conforme Quadro 01.

Quadro 01 – Histórico de avaliações da CAPES

PERÍODO COBERTO DA				TIPO DE	ANO DE	CONCEITO	QUALIS
1976				Anual	1977	A - E	
1977				Anual	1978	A - E	
1978				Anual	1979	A - E	
1979				Anual	1980	A - E	
1980				Anual	1981	A - E	
1981				Anual	1982	A - E	
1982				Anual	1983	A - E	
1983				Anual	1984	A - E	
1984	1985			Bianual	1986	A - E	
1986	1987			Bianual	1988	A - E	
1988	1989			Bianual	1990	A - E	
1990	1991			Bianual	1992	A - E	
1992	1993			Bianual	1994	A - E	
1994	1995			Bianual	1996	A - E	
1996	1997			Bianual	1998	A - E	
1998	1999	2000		Trienal	2001	1 - 7	Criação
2001	2002	2003		Trienal	2004	1 - 7	
2004	2005	2006		Trienal	2007	1 - 7	
2007	2008	2009		Trienal	2010	1 - 7	
2010	2011	2012		Trienal	2013	1 - 7	A1-A2, B1-B5, C
2013	2014	2015	2016	Quadrienal	2017	1 - 7	A1-A2, B1-B5, C
2017	2018	2019	2020	Quadrienal	2020	1 - 7	A1-A4, B1-B4, C

FONTE: Criação do Próprio Autor, 2019.

De 1976 a 1997, a CAPES utilizou, para a classificação dos programas de pós-graduação, uma escala conceitual de A até E, em que A é o maior valor, atribuído aos cursos com padrão internacional. O segundo sistema, implantado a partir de 1997, adotou uma escala numérica de classificação, que vai de 1 a 7, em que 7 ocupa o topo do sistema (BRASIL, 2010, p. 125).

Nessa escala, os cursos que recebem notas 1 e 2 são descredenciados, sendo 3 a nota mínima para credenciado. A nota 5 é atribuída aos cursos de excelência, enquanto as notas 6 e 7 são atribuídos aos cursos consolidados que têm inserção internacional. Há que se destacar, no entanto, que as informações sobre avaliações anteriores a 1998 não são amplamente divulgadas, aparecendo como itens pontuais e sem discussões aprofundadas.

Importante frisar que entre os documentos consultados na página da CAPES, não foi possível identificar os padrões de avaliação em sua totalidade, pois a memória da avaliação cobre somente a partir de 1998.

Cláudio de Moura Castro, diretor da CAPES entre 1979 e 1982, em depoimento, afirma que até a gestão de Darcy Closs (1974-1979), o procedimento se dava de portas fechadas:

Anteriormente, [a avaliação] era feita de portas fechadas, com informações assistemáticas, casuais. Criamos um sistema informatizado de informação, pelo qual as instituições preenchiam todos os quadros, produção científica, tudo. Inclusive, tínhamos um sistema pelo qual não precisavam preencher tudo todo ano, só as alterações; ou seja, criamos uma base de informação muito sólida. E começamos a exigir que enviassem amostras de produção científica. Segundo, continuamos com a mesma liberdade do tempo do Darcy na montagem dos comitês assessores e aperfeiçoamos um sistema iniciado por ele: a rotatividade de consultores. A cada ano, metade era substituída; a outra metade transmitia a experiência (CAPES, p. 92).

Para Reinaldo Guimarães, integrante do Grupo Técnico Consultivo da CAPES entre 1985 e 1988, também há mistério sobre o início das avaliações: “Essa história ainda não foi escrita em detalhes, mas sabe-se que as primeiras experiências de avaliação pela CAPES ocorreram em 1977, ainda não vinculadas ao fomento, isto é, aquilo que o programa recebia da CAPES não dependia de ter sido avaliado”. (CAPES, 2002, p. 279). De acordo com outros documentos consultados, a data é 1976 e não 1977 (BRASIL B, s.d., p.1; CAPES, 2002, p. 242).

Em 1994, a CAPES publicou um documento sobre o que seria o perfil dos cursos nota A, em um boletim periódico, o Infocapes¹. Neste documento, foram apresentados os “critérios a serem adotados pelas Comissões de Consultores da CAPES na avaliação dos cursos de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1994). Os critérios da época eram: corpo docente; atividades de ensino e pesquisa; atividades de orientação; produção acadêmica docente; participação na graduação; produção e titulação do corpo docente; e infraestrutura. Além disso, o documento apresenta uma síntese de cada grande área, a saber: 1. Ciências Agrárias; 2. Ciências Biológicas; 3. Engenharias; 4. Ciências Exatas e da Terra; 5. Ciências Humanas; 6. Letras; 7. Músicas e Artes; 8. Ciências da Saúde; e 9. Ciências Sociais Aplicadas.

Na gestão de Abílio Baeta Nevez (1995-2003), além da adoção da escala de notas de 1 a 7, com periodicidade trienal, foi enfatizada a necessidade de adoção de critérios de pontuação das publicações em periódicos, processo operacionalizado com a criação do Qualis Periódicos. Trata-se do “conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da quantidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação” (BRASIL D, s.d.).

3.2 PORTAL DE PERIÓDICOS

Os anos 2000 tiveram, como marco, a criação do Portal de Periódicos CAPES. Tal criação oferece um salto qualitativo nos trabalhos acadêmicos, pois todos os programas de qualquer estado da federação teriam os mesmos acessos. O Portal de Periódicos CAPES, mais comumente conhecido como Periódicos CAPES, foi criado em novembro de 2000, sendo uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza, a instituições de ensino e pesquisa no Brasil, acesso às publicações científicas internacionais. Conta com um acervo online de títulos com texto completo, ou seja, acesso integral ao texto, bases referenciais, bases dedicadas exclusivamente a

¹ Informativo digital, multimídia, de divulgação de programas e ações da CAPES e de temas de interesse para a pós-graduação e formação de professores da educação básica. É direcionado às instituições de ensino e pesquisa, governos, gestores da área da educação, parlamentares, professores, pesquisadores, estudantes, imprensa e público em geral interessado. Foi relançado em novembro de 2018, o novo INFOCAPES tem o mesmo objetivo modelo impresso que o antecedeu, publicado entre 1993 e 2002: ser um espaço para a apresentação das atividades da CAPES e discussão de ideias.

patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

O Periódicos Capes é de extrema importância para que a comunidade científica brasileira tenha acesso rápido ao que é produzido pela ciência. Nivelando o conhecimento disponível para pesquisadores tanto dos grandes centros, quanto dos interiores do país. A ferramenta atende às demandas dos setores acadêmicos, produtivo e governamental e propicia a expansão das publicações científicas nacionais e, claro, o crescimento e inserção da produção científica brasileira no exterior. É um instrumento fundamental juntamente com as atribuições da CAPES de fomento, avaliação e regulação dos cursos de pós-graduação e desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil.

Seu acesso é livre e gratuito ao conteúdo do portal para professores, pesquisadores, alunos e funcionários vinculados às centenas de instituições que atendem aos requisitos e determinações da CAPES, relacionadas às notas de cursos de pós-graduação. A população em geral tem acesso livre a bases de dados nacionais e internacionais gratuitas, referências e textos de teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros e os periódicos brasileiros com boa avaliação no Qualis.

3.2.1 Universidade Aberta do Brasil – UAB

As ações da CAPES para a educação básica não ficam restritas apenas ao aperfeiçoamento e capacitação para educação presencial, mas também pela educação a distância. Aqui destaca-se o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Criada em 2005, a UAB é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação.

A UAB é uma importante ferramenta e política na interiorização e na diminuição de assimetrias regionais no ensino superior no Brasil, pois permite que estudantes de cidades do interior do país, muitas das vezes distantes geograficamente de uma universidade pública, possam realizar cursos de qualidade sem deixar suas cidades.

Tal como exposto, a UAB ajuda a romper com o êxodo das cidades do interior para as capitais do país, uma das razões para a desigualdade existente entre elas.

Em 2007, o Congresso Nacional aprovou por unanimidade a Lei nº 11.502, homologada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cria-se assim, a Nova CAPES, que, além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação Brasileiro, também passa a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Assim, a CAPES assume as disposições do decreto, por meio da criação de duas novas diretorias: de Educação Básica Presencial – DEB e de Educação a Distância – DED.

Tais ações culminaram com o lançamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), em 28 de maio de 2009. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal. A primeira LDB foi criada em 1961. A versão mais recente foi publicada em 1996 e baseada no princípio do direito universal à educação para todos. A LDB de 1996 inovou em relação às leis anteriores, com a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica.

No ano de 2009, a CAPES muda fisicamente do anexo I e II do Ministério da Educação, na Esplanada dos Ministérios. A nova estrutura possibilita a união de toda a CAPES em um único espaço, o que facilitou as constantes reuniões de grande porte, bem como a Avaliação Trienal. Em 2010 é realizada a primeira das reuniões num mesmo prédio onde comportou mais de 900 consultores que passaram pela instituição em um mês.

Concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação, o Qualis é alimentado pelos dados fornecidos pelos programas de pós-graduação, por meio da Plataforma Sucupira (antigo Sistema de Coleta CAPES). “A tarefa consistia em definir quais são os periódicos que realmente contam quando se quer aferir excelência no produto da pós-graduação e na divulgação científica” (CAPES, 2002, p. 195). Para Rosana Arcoverde Bezerra Batista, que atuou nos setores de avaliação da CAPES desde 1979:

Até 98, aconteceram várias mudanças, mas nada radical, que desfigurasse o processo; a mudança atual trouxe inovações que alteraram aquela rotina usualmente seguida. Começamos por mudar a escala de avaliação; desde 1976 era a mesma escala, utilizando letras A a E, ou seja, cinco níveis de pontuação. Quando fechamos a avaliação daquele ano, constatamos que

mais ou menos 75% já recebiam A ou B; a escala não tinha mais o poder discriminatório. Era preciso um estímulo para que os programas buscassem mais qualidade, níveis internacionais. Assim, durante todo o ano de 1997 discutimos novas formas de avaliação e, em 98, implantamos o novo sistema; uma escala numérica de 1 a 7, estabelecendo as notas 6 e 7 como classificações de excelência - uma novidade -, até porque havia necessidade de um diferencial maior. Trouxemos consultores estrangeiros - da Inglaterra, do Canadá, da Alemanha, de Portugal e da Espanha - para dar uma olhada em todo o processo e testar sua compatibilidade com outros países; a experiência foi extremamente positiva. Concluída a avaliação de 98, consultores internacionais visitaram os programas que obtiveram nota 6 e 7. Em todas as visitas eles ficaram surpresos com o nível do trabalho, o desenvolvimento da pesquisa, a qualidade dos nossos laboratórios, a participação discente - isso gerou, inclusive, um rápido processo de intercâmbio; alunos de biologia de Minas Gerais foram para a França. Em suma, foram mudanças altamente positivas, consolidando a seriedade e importância do processo de avaliação realizado pela CAPES. De fato, ano a ano esta avaliação contribuiu poderosamente para a significativa melhoria dos programas de Pós-Graduação no país (CAPES, 50 anos, 2002, p.242).

Até chegar ao modelo de avaliação atual, várias mudanças ocorreram, com destaque pela busca de sistematização e transparência no processo. A atual política de pós-graduação e sua avaliação decorrem desse processo de sistematização e aprimoramento e estão consubstanciadas no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG 2011-2020).

3.3 O DATA CAPES E O COLETA DE DADOS

O Sistema DataCAPES, utilizado no período de 1988 a 1995, pelo qual a coleta de informação da produção intelectual, científica e artística passou a ser enviada em meio digital. Nesse modo, além dos dados de discentes e docentes no formato anterior, passou-se a enviar a informação nominal de cada autor da produção intelectual do PPG.

Em 1996, inicia-se o Coleta de Dados, novo formato de envio das informações, com registros mais detalhados e coletados em forma de base de dados, o que foi possibilitado com a evolução dos recursos de tecnologia de informação e com a popularização da Internet. Esse modelo permaneceu até 2002, ainda contendo informações sobre o fluxo discente, docentes e a listagem de autores de produção intelectual. Além disso, em 1998, institucionalizou-se a distinção entre os cursos de mestrado (acadêmico e profissional). Assim, em um mesmo PPG poderiam coexistir cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional. Neste ano, o SNPG contava

com 1463 cursos de mestrado, 27 de mestrado profissional e 779 de doutorado, distribuídos em 1516 programas.

No ano de 2003, as bases de dados passaram a ter a identificação nominal para os discentes e os docentes, sendo que, em 2004, passou-se a validar o preenchimento do documento de cada indivíduo pelo formato do Cadastro de Pessoa Física (CPF), assim como foram incluídos mais detalhes sobre sua situação de matrícula. Também em 2004, foi implantada uma adequação para que os PPG se distinguíssem entre os que atuavam com viés profissional daqueles com viés acadêmico. Assim passou-se a ter programas contando estritamente com cursos de mestrado (acadêmico) e/ou doutorado e programas com cursos unicamente de mestrado profissional.

Até 2012, o Coleta de Dados constituiu-se em um aplicativo que era instalado localmente no computador do usuário, o que permitia que o preenchimento das informações fosse feito livremente pelos responsáveis pelo respectivo PPG, sendo que o envio era realizado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (ou Órgão equivalente) da Instituição ao qual o programa estava vinculado. O envio dos dados ocorria uma vez ao ano, sempre com referência à situação do programa no dia 31 de dezembro do ano base.

3.4 PLATAFORMA SUCUPIRA

Newton Lins Buarque Sucupira, alagoano, de Porto Calvo, formou-se em direito e filosofia pela Universidade do Recife. Em 1961, indicado por Anísio Teixeira, Newton Sucupira integrou o primeiro grupo de intelectuais para compor o Conselho Federal de Educação, atualmente Conselho Nacional de Educação – CNE. Presidiu o grupo de trabalho que elaborou a Lei da Reforma Universitária no Brasil, em 1968.

Após 10 anos de atuação no Conselho, Sucupira ficou conhecido e consagrado como patrono da regulamentação da pós-graduação brasileira pela criação de cursos de pós-graduação no país. O marco legal ficou conhecido como Parecer Sucupira, datado de 1965. Morreu em 2007 aos 86 anos (CAPES, p. 10).

O Coleta de Dados, no ano de 2013, passou a ser um módulo na Plataforma Sucupira e as informações podem ser preenchidas a qualquer tempo. A Plataforma disponibiliza em tempo real e de forma transparente, as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica.

Na Plataforma, as informações sobre o programa podem sofrer atualizações recorrentes, mesmo aquelas de anos de referência anteriores ao ano corrente.

No entanto, os dados que são considerados para os fins de avaliação são obtidos a partir daqueles existentes em um momento específico, cujos registros ficam congelados. Eles configuram uma imagem da estrutura e constituição do programa. Para garantir que tal imagem represente fidedignamente o PPG, ela deve ser homologada tanto pelo coordenador responsável, quanto pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (ou Órgão equivalente) da Instituição de Ensino, de acordo com um calendário de envio para registrar a situação do programa no ano base de referência.

Em aspectos tecnológicos, a Plataforma Sucupira possui, ainda, diversas validações e cruzamentos de dados, visando garantir a qualidade da informação gerada. Além disso, há uma maior e mais detalhada variedade de informações sobre os discentes, docentes e a produção intelectual no programa em relação ao que se coletava em anos anteriores.

A evolução da Plataforma busca atender as necessidades observadas para a avaliação de mérito provenientes do Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES). O CTC-ES é formado pelo Presidente da CAPES e alguns de seus Diretores, por representantes das Grandes Áreas do Conhecimento, por um representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e um do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Graduação (FOPROP), grupo este que representa a comunidade acadêmica.

4 QUALIS ENQUANTO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

4.1 QUALIS

O Qualis, criado pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES, é o método responsável por classificar a qualidade das pesquisas e dos artigos publicados pelos Programas de Pós-Graduação – PPG (mestrados e doutorados). É, portanto, o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação, com base na publicação em periódicos científicos de artigos de docentes afiliados às Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras. Tal processo foi concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas pelas instituições de ensino superior. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta.

Desta forma, o sistema Periódicos Qualis CAPES afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, dos periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelos Coordenadores indicados por seus pares por um período de três anos para as 49 Áreas de Avaliação que definem critérios próprios de classificação das revistas para cada área.

O sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, no país, foi instituído pela CAPES em 1977, ocasião em que foram criadas as comissões de assessores por área que realizavam a avaliação e acompanhamento dos cursos, tendo sido estabelecido o Conselho Técnico Científico da Educação Superior – CTC-ES. Até esse momento, o resultado da avaliação realizada não tinha divulgação pública, sendo informado apenas às instituições. A avaliação era expressa em conceitos: A (muito bom), B (bom), C (regular), D (fraco) e E (insuficiente) (BARATA, 2015).

Em 1990, sob a presidência da Professora Eunice Durham, os conceitos entre A-E foram substituídos por notas de 1 a 5, e passaram a ser incluídos no processo de avaliação, alguns indicadores quantitativos, entre os quais, a quantidade de artigos publicados pelos programas (FERREIRA; MOREIRA, 2001; CAPES, 2011). Em 1998, ocorreu mudança substancial no processo, com a padronização da ficha de avaliação,

que incluía sete quesitos: a proposta do programa, o corpo docente, as atividades de pesquisa, as atividades de formação, o corpo discente, as teses e dissertações e a produção intelectual. Todas as áreas de avaliação deveriam analisar os mesmos quesitos, embora pudessem utilizar, no processo, diferentes tipos de indicadores (BARATA, 2015).

Nesse momento, o CTC-ES sentiu a necessidade de qualificar a produção dos programas e não mais apenas contabilizar o número de artigos publicados. Já então, o número de artigos publicados nos programas, em cada triênio de avaliação, era bastante expressivo, tornando impraticável qualquer tentativa de avaliar a qualidade de cada um desses produtos do trabalho científico. Diante dessa impossibilidade, a opção adotada foi a classificação dos veículos de divulgação da produção científica, pressupondo-se que a aceitação de um artigo por periódico indexado e com sistema de *peer review* garantia, de certo modo, a sua qualidade. Por outro lado, considerou-se que periódicos com circulação internacional e maior impacto na comunidade acadêmica teriam processos de seleção mais competitivos e, portanto, os artigos por eles selecionados teriam qualidade e relevância (LINDSEY, 1989).

A primeira classificação adotada dividia os periódicos em três grupos com três estratos em cada grupo. Os grupos separavam os periódicos segundo a circulação – internacional, nacional ou local –, e, em cada grupo, as revistas científicas eram classificadas nos estratos A, B e C, conforme seu impacto ou relevância para um determinado campo científico. Dada a heterogeneidade de tradições científicas existentes nas diversas áreas de avaliação, cada uma delas teve a liberdade de eleger os critérios segundo os quais procederia à classificação da produção em sua área.

Nas grandes áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias e Ciências da Saúde, a tendência predominante foi a de construir a classificação considerando as bases de indexação e as medidas de impacto bibliométrico. Nas grandes áreas de Ciências Sociais e Humanas, a tendência foi a de utilizar um conjunto de aspectos formais dos periódicos científicos, normalmente empregados pelas bases indexadoras para a aceitação da indexação, para realizar a classificação. Durante dez anos, essa classificação foi adotada no processo de avaliação, sofrendo diversos ajustes a cada período avaliativo. Após a trienal de 2007, a Diretoria de Avaliação propôs ao CTC-ES a reformulação do Qualis, com base em uma avaliação quantitativa que mostrava o uso inadequado da classificação e a perda progressiva do poder discriminatório ao longo dos anos. Muitas áreas acabavam efetivamente

utilizando três ou quatro estratos na avaliação, e poucas eram aquelas que usavam os nove estratos previstos (BARATA, 2015).

Após praticamente um ano de intensas discussões, o CTC-ES aprovou a nova classificação contendo sete estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5. Há ainda um estrato C, destinado a publicações que não constituem periódicos científicos ou não atendem aos critérios mínimos estabelecidos em cada área para ser classificado. O Qualis Periódicos, portanto, é uma das ferramentas utilizadas para a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Sua função é auxiliar os comitês de avaliação no processo de análise e de qualificação da produção bibliográfica dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES. Ao lado do sistema de classificação de capítulos e livros, o Qualis Periódicos é um dos instrumentos fundamentais para a avaliação do quesito produção intelectual, agregando o aspecto quantitativo ao qualitativo.

Contudo, é imperativo manter o discurso da qualidade, o Qualis. Ele alimenta a apologia da competência (SILVA, 2002) e dissipa a realidade competitiva imposta pela quantificação, o produtivismo, a necessidade de status e a luta por recursos financeiros. A “comunidade acadêmica” é a expressão da disputa de interesses no “campo científico” (BOURDIEU, 1983, p. 122). Em 2019, uma nova metodologia foi apresentada às áreas de avaliação quanto ao Qualis Periódicos. Essa nova fórmula buscava critérios mais objetivos que permitissem uma comparação mais equilibrada entre áreas de avaliação, atentando-se também para a internacionalização.

4.2 METODOLOGIA – QUALIS PERIÓDICOS

A nova proposta se baseia em quatro princípios:

- Classificação única – cada periódico recebe apenas uma qualificação, independentemente da quantidade de áreas de avaliação às quais foi mencionado;
- Classificação por áreas-mães – os periódicos foram agrupados de acordo com a área na qual houve maior número de publicações nos anos de referência avaliativo, chamada de área-mãe;
- Qualis Referência – por meio do uso combinado de indicadores bibliométricos e um modelo matemático, a própria Diretoria de Avaliação

montou uma lista de periódicos pré-classificados, definidos como Qualis Referência;

- Indicadores bibliométricos – basicamente, são os que consideram o número de citações do periódico dentro de três bases: Scopus (CiteScore), Web of Science (Fator de Impacto) e Google Scholar (índice h5). Foi levada em consideração a categoria de área que cada base enquadra o periódico e a sua posição relativa dentro dela.

A função do Qualis é, segundo informações da CAPES, utilizada exclusivamente para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação. Qualquer outro uso fora do âmbito da avaliação dos programas de pós-graduação não é de responsabilidade da CAPES.

A consulta ao Qualis-CAPES é feita por meio da Plataforma Sucupira, que é a ferramenta on-line do Sistema Nacional de Pós-Graduação para coletar informações sobre os programas, realizar análises, avaliações e servir como base de referência. O aplicativo que permite a classificação e consulta ao Qualis das áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos é o WebQualis². É importante frisar que a classificação, a partir dos anos de 2017-2018, seguiu uma nova metodologia por Grupo de Trabalho e é explicada resumidamente segundo o comunicado da CAPES transcrito abaixo:

Segundo a Diretoria de Avaliação da CAPES iniciou em 2018 ações para o aprimoramento dos instrumentos da avaliação, tendo como motivação principal aumentar o foco na qualidade da formação de doutores e mestres e na excelência da pós-graduação brasileira. Foram consideradas as recomendações apontadas pelo relatório da Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 2011-2020), centradas em contribuições de entidades consultadas. Esses procedimentos de melhoria estão sendo objeto de debate com membros da comunidade acadêmico-científica, por meio de Grupos de Trabalho. As implementações das propostas estão sendo feitas na medida do possível e de forma paulatina visando impactar minimamente os processos já em andamento. As frentes de atuação visando ao aprimoramento do processo de avaliação são:

1. Ficha de avaliação

O aprimoramento na Ficha resultou em uma estrutura mais simplificada focando nos quesitos: Programa, Formação e Impacto na Sociedade. Em cada item destes três quesitos, as áreas deverão propor as definições e indicadores que sejam adequados às especificidades da área em cada modalidade, acadêmica ou profissional. Neste sentido, a nova ficha de avaliação busca valorizar a missão da pós-graduação, que é formar recursos

² WebQualis é um sistema de classificação de periódicos nacionais e internacionais, nos quais haja publicações que representem a produção intelectual dos programas de pós-graduação brasileiros de todas as áreas do conhecimento.

humanos, e permitirá avaliar o conhecimento que é produzido nesse processo de formação de mestres e doutores, e o seu resultado final.

2. Qualificação da produção intelectual

Definição de novos critérios para o Qualis Artístico, Cultural e Classificação de Eventos, Classificação de Livros, Qualis Técnico/Tecnológico e Qualis Periódicos.

3. Avaliação Multidimensional

A avaliação multidimensional levará em conta cinco dimensões: ensino e aprendizagem; internacionalização; produção de conhecimento; inovação e transferência de conhecimento; e impacto e relevância econômica e para a sociedade. Estão em andamento três grupos de trabalho (Internacionalização, Impacto e Relevância e Inovação e Transferência de Conhecimento) que deverão propor ao CTC-ES a definição de conceitos, variáveis e indicadores que representem cada uma das dimensões. O referido modelo multidimensional pode dar uma visualização mais voltada aos resultados da pós-graduação e contribuir para um aprimoramento mais preciso do próprio sistema.

4. Autoavaliação

A autoavaliação dos programas será um dos pontos analisados na nova ficha de avaliação e foi objeto de um grupo de trabalho. A nova ficha de avaliação também passa a identificar de forma mais clara e precisa a necessidade de as instituições terem um planejamento da sua pós-graduação.

Qualis Periódicos

Dentre as frentes de atuação para o aprimoramento do processo de avaliação, destaca-se neste comunicado a nova proposta para o Qualis Periódicos. Constatou-se atualmente que a avaliação da produção de conhecimento nas áreas adota critérios diferenciados de classificação da produção científica. Isso resulta muitas vezes em distorções, uma vez que um mesmo periódico pode ser classificado em estratos completamente diferentes entre as áreas e, conseqüentemente, o objetivo principal do Qualis, que é avaliar a qualidade do periódico, é tido em detrimento a critérios de aderência à área.

5 QUALIS ARTÍSTICO

5.1 HISTÓRICO

O Qualis Artístico-Cultural compreende uma série de critérios externos desenvolvidos por comissões de pesquisadores-artistas encarregados de avaliar a produção artística dos programas de pós-graduação em artes no Brasil. Esse processo de avaliação balizou-se nos mesmos moldes do Qualis.

Interessante notar que ele foi criado em 2005 através da manifestação dos pesquisadores-artistas para que sua produção artística pudesse ser avaliada e equiparada às demais produções científicas das ditas ciências “duras”, porém tal indicador não avalia a produção artística individual e sim as linhas de pesquisas ligadas à criação ou prática artística no programa de pós-graduação. Para o artista não se faz necessário a educação universitária para discorrer sobre sua prática artística, pois tal aprendizado ocorre por imitação ou treinamento individual sob a curadoria de um mestre. O que o Qualis Artístico-Cultural deixa claro é que a formação do artista na universidade é para a pesquisa.

Diante do exposto, faz-se necessário que a pesquisa em artes na academia exija a atuação em um sistema que permita a troca, produção, parceria, discussão e disseminação do conhecimento produzido. Especificamente nos programas de pós-graduação em artes *stricto sensu*, é valorizada e reconhecida a produção artística que tenha vínculo temático, conceitual ou metodológico com a(s) linha(s) de pesquisa(s).

Nem sempre é possível discutir o objeto artístico a priori; tal objeto constrói-se enquanto o pesquisador aprende a lidar com seus recursos, materiais e técnicas, o que, por vezes, dá-se apenas após a obra acabada, ou seja, tratam-se de dois produtos: um texto e uma obra, ambos publicáveis e arquiváveis.

A produção bibliográfica (artigo, dissertação ou tese) é apenas um recorte interpretativo sobre algo mais completo e claro, polissêmico.

Segundo Ulhôa, 2014, p. III,

o produto artístico apresentado na forma de performance presencial ou por registro audiovisual rende conhecimento tácito, compreensível para o grupo ou comunidade que compartilha seus códigos semânticos. Uma obra de arte diferenciada vai ser propositora por ir além das maneiras mais divulgadas de fazer arte. Por outro lado, não há como negar que o processo artístico ao ser descrito e interpretado através de um texto escrito sofre redução. A arte atravessa todos os sentidos e seus sentidos - pois jamais há sentido único

para a arte - não podem ser fixadas pela linguagem escrita que é incapaz de abranger sua totalidade.

A pesquisadora enfatiza também as diferenças e as especificidades da atividade artística em relação à pesquisa científica convencional.

o grande diferencial entre a pesquisa na área de artes e na área científica, mesmo nas ciências sociais e humanas - cujos manuais de metodologia servem de modelo para os cursos onde nossos pós-graduandos aprendem sobre projetos de pesquisa e escrita acadêmica - é conseguir certo distanciamento de um objeto com o qual temos, por enculturação enquanto artistas práticos, uma relação visceral. Daí que o mais difícil é estabelecer uma “questão” de pesquisa, pois ela só pode ficar clara quando estamos dando por finalizada a investigação.

A pesquisa em artes é uma área do conhecimento relativamente recente no meio acadêmico. Conservatórios e escolas de belas artes foram incorporados à universidade em meados do século XX. No Brasil, programas de pós-graduação em artes cênicas, artes visuais e música aparecem por volta de 1990. Destaca-se que por exigência legal, pois a pós-graduação aqui no país é regida por leis federais, é obrigatória a existência de um registro bibliográfico escrito (tese ou dissertação) o que torna a produção destes docentes-pesquisadores-artistas dupla.

5.2 TRAJETÓRIA

ULHÔA, 2014 em sua descrição, reproduzida abaixo, relata com detalhes o que parafrasear não seria possível

O Qualis Artístico-Cultural foi construído ao longo do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Música - ANPPOM em 2000, aproveitando o encontro dos coordenadores de pós-graduação que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro.

O diretor da CAPES à época, Prof^o Adalberto Vásquez, incentivou a criação de critérios para a avaliação da produção artística. Uma figura importante presente neste encontro foi a da Prof^a Adriana Kayama, do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas – IA/Unicamp, por sua participação no Grupo Gestor do Sistema de Informação de Pesquisa e Extensão - SIPEX³

³ O objetivo do SIPEX na UNICAMP é gerir os dados sobre Pesquisa, Ensino e Extensão da universidade através da captação e disponibilização de informações relativas a pesquisadores, produção intelectual, pesquisas e atividades de extensão da universidade. O sistema apoia diretamente atividades importantes para a Universidade tais como a avaliação periódica de atividades de docentes e pesquisadores, avaliação institucional das unidades de ensino/pesquisa e colégios técnicos, o anuário de pesquisa institucional e apoio ao preenchimento do Coleta de Dados – CAPES referentes aos seus cursos de pós-graduação das unidades de ensino/pesquisa. O SIPEX também se integra com os principais órgãos de fomento à pesquisa e extensão (FAPESP e CNPq), às bases de dados de citações

da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, para coordenar os trabalhos de revisão das tabelas de registro de toda a produção intelectual no escopo da ANPPOM.

Em 2001 durante o 13º Encontro da ANPPOM ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a Coordenação da Profª Adriana Kayama do IA/Unicamp juntamente com os coordenadores dos programas de pós-graduação – PPG existentes à época fizeram uma revisão da tabela da produção intelectual (bibliográfica, artística e técnica) no DataCAPES referentes as produções em música. Tais resultados foram enviados ao representante da área de Artes da CAPES, Prof. Celso Loureiro Chaves da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

2001-2003 – Documento de área CAPES

A Comissão da Área de Artes/Música recomendou à CAPES: “Possibilitar a elaboração e a implantação de um Qualis de produção artística, dando uma ênfase especial à questão da referência nacional (valor de contribuição e reconhecimento efetivo que a produção intelectual adquire nos meios acadêmicos e/ou profissionais no país) e da inserção internacional”.

Já em 2005, com o apoio da Diretoria de Avaliação da CAPES, em nome do Prof. Renato Janine Ribeiro, diretor à época) tem início os trabalhos para adoção do Qualis Artístico.

Tal comissão foi composta por dois consultores, sendo eles: Prof. Celso Loureiro Chaves da UFRGS e Profa. Sônia Gomes Carneiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, inclusive pela Profa. Martha Tupinambá de Ulhôa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO enquanto representação de Área, reuniram-se na CAPES em Brasília por dois dias em 2005 para elaborar os critérios de avaliação da produção artística.

A Comissão trabalhou a partir do documento “Proposta de Qualis Artístico Conjunto: 22/5/2005”, elaborado pelos coordenadores de todos os 27 programas da Área, reunidos na CAPES em Brasília, nos dias 14 e 15 de abril de 2005. Nessa ocasião, foram produzidos três documentos separados, referentes às três subáreas (Artes Cênicas, Artes Visuais e Música), que essa Comissão, em etapa preparatória, reuniu em um único documento, incorporando todos os tópicos consensuais. Foram estabelecidas três categorias para a avaliação geral da produção artística:

Relação e vinculação com a proposta do Programa (obrigatório); para o docente a partir da linha de pesquisa e para o discente a partir da área de concentração;

Categoria (A, B e C); posteriormente as categorias passaram a acompanhar a classificação do Qualis Bibliográfico;

Impacto (local, nacional, internacional).

Estes critérios foram testados e refinados durante a avaliação continuada de 2005, ano base de 2004, avaliação continuada de 2006, ano base de 2005 e avaliação trienal em 2007.

O teste pioneiro foi conduzido pela Profa. Maria Beatriz de Medeiros da Universidade de Brasília – UnB e também pela Profa. Martha Tupinambá de Ulhôa na semana de avaliação continuada. Outrossim, em 2006 tais docentes

internacionais (Web of Science) e a base de patentes INOVA Unicamp utilizando mecanismos inteligentes e de fácil utilização para importação e/ou exportação de informações de produções intelectuais, projetos e atividades de extensão de docentes e pesquisadores da Unicamp. Os mecanismos de integração facilitam a obtenção de informações de banco de dados externos à Universidade promovendo ao SIPEX uma atualização de dados de pesquisa de forma segura e eficaz e tendo como reflexo a qualidade das informações que serão utilizadas para elaborar posteriormente os relatórios de avaliação, anuários de pesquisa e também exportação de dados para outros sistemas de informação como o Coleta de Dados – CAPES. É utilizado por todos os Centros, Núcleos, Institutos e Faculdades da Unicamp como uma ferramenta para facilitar a gestão das produções científicas geradas por docentes, discentes e pesquisadores.

perceberam que deveriam direcionar os trabalhos envolvendo não somente a CAPES, mas também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, sendo de suma importância a orientação da Diretoria de Avaliação da CAPES, em nome do Prof. Ricardo Lourenço, no sentido que deveriam aproveitar o potencial das plataformas existentes e mesmo eliminando algum tipo de campo, era necessário preservar os registros históricos das Instituições.

Assim, foram convocados para qualificar a produção artística, além de Bia Medeiros, adjunta da área, a comissão de representantes do CNPq na ocasião (Prof. Maurício Loureiro, UFMG - Música, Maria Lucia Bastos Kern, UFRGS – Artes Visuais, além de Maria de Lourdes Rabetti, UNIRIO – Artes Cênicas, uma vez que o representante daquela área no CACNPq era membro da Comissão de Avaliação da CAPES). A partir daí foi estabelecido como critério que as comissões do Qualis Artístico deveriam ser compostas preferencialmente por pesquisadores do CNPq, com produção artística recente, uma vez que na pós-graduação é implícito não só a associação teoria e prática, mas o pressuposto da ênfase na pesquisa. Adicionalmente, os membros dessa comissão (assim como membros de comissões APCN, Qualis Bibliográfico, seleção de candidatos à bolsa, etc.) não deveriam, em princípio, serem os mesmos consultores convocados para a Comissão de Avaliação da CAPES.

A Comissão Qualis Artístico no ano de 2007, composta por: Prof. Fernando Iazzetta, da Música da Universidade de São Paulo – USP, também a Profa. Maria do Carmo de Freitas Veneroso, Artes Visuais da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e do Prof. Mario Fernando Bolognesi, Artes Cênicas, da Universidade Estadual Paulista - UNESP), organizaram a Tabela de Produção Artística de modo a uniformizar os campos e indicar quais deles já existiam nos aplicativos atuais (Lattes, de onde são buscados os registros de produção intelectual, e Coleta). Ressalta-se neste processo a participação de Fernando Iazzetta, responsável pela consolidação dos dados e o pronto atendimento e suporte dos técnicos da CAPES, entre eles Rúbia Silveira, Valdinei Costa Souza e Edmilson Coelho Chaves Junior.

Em novembro de 2007, o CA de Artes do CNPq (composto pelos pesquisadores Sonia Gomes Pereira, vinculada à UFRJ, da área de artes visuais, titular do CA; Celso Giannetti Loureiro Chaves, vinculado à UFRGS, da área de música, titular do CA; Armindo Jorge de Carvalho Bião, vinculado à Universidade Federal da Bahia - UFBA, da área de artes cênicas, convidado, por impossibilidade da suplente do CA dessa área, a participar da reunião), atendendo demanda de análise e proposição final do Diretor de Programas Horizontais e Instrumentais do CNPq, José Roberto Drugowich de Felício, e em comum acordo com a minha pessoa, na qualidade de representante de Artes/Música da CAPES, chegou ao formato da Tabela, que posteriormente veio a ser adotada no Lattes, nas abas referentes à produção artística. No CNPq foi instrumental o papel exercido pelo coordenador de informática, Geraldo Sorte.

O universo da ciência é um campo como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas, estratégias e interesses. A autoridade científica é definida como capacidade técnica e poder social de falar e agir legitimamente com o reconhecimento por seus pares.

No campo científico, está sempre em jogo o poder de impor uma definição de ciência adequada aos interesses de quem quer o poder. A definição adotada é que permite ao agente ocupar legitimamente a posição dominante e que o coloque na mais alta posição hierárquica.

O funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse, que neste caso é a criação do indicador Qualis Artístico-Cultural. A capacidade científica de tais criadores não é julgada simplesmente pelas noções de competência, mas também pelo conhecimento da posição que eles ocupam nas hierarquias constituídas. O interesse por tal atividade científica sempre tem uma dupla face: determinações puramente intelectuais e determinações políticas. O reconhecimento garantido socialmente pelos pares-concorrentes de um determinado agente social ocorre em função do valor distintivo do seu trabalho e da originalidade da contribuição que este traz com seus capitais científicos e culturais acumulados.

A autonomia da comunidade científica é compreendida, a partir da natureza da sociedade em que ela se insere, porque a produção do conhecimento passa pela concepção de que é um caso especial da produção e distribuição capitalista de mercadorias. Neste conceito de campo científico faz-se necessário revelar o que está por trás dos discursos de criação do Qualis Artístico-Cultural. Tais cientistas buscam o monopólio da autoridade científica, maximizando o próprio capital científico, a capacidade técnica e o poder social.

Segundo Bourdieu, um pequeno número de agentes de instituições concentra capital necessário para se apropriar dos ganhos oferecidos pelo campo. Os dominantes, os que estão na dianteira ou lutam para permanecer nela, conseguem impor vantagem ao empregar os princípios que eles próprios criam e utilizam, em especial na escolha dos seus objetos de criação, sejam intelectuais, artísticos ou culturais.

Na leitura desta trajetória de criação do Qualis Artístico-Cultural é possível distinguir a forma como tais agentes exercem uma maneira fundamentada de fazer e avaliar a ciência dentro de suas áreas e campos de poder e atuação. Em 2009, Documento de área registra os quesitos de avaliação da produção artística (além da vinculação obrigatória com a proposta do PPG) estipula índices para qualificação da categoria e âmbito da produção artística:

1. Ineditismo, estreia, primeira audição;
2. Instituição promotora ou evento (com padrão internacional, de impacto nacional, regional ou local);
3. Abrangência da circulação (evento isolado, turnê, temporada, itinerância, desdobramentos educativos);
4. Existência de registro (catálogo, CD, DVD, vídeo, etc.). Comentário: o registro da produção artística é fundamental; entende-se que a teorização sobre o objeto artístico resulta primordialmente do registro e não de uma

situação efêmera; para que se configure uma contribuição à área de conhecimento e possa servir de referência, há que ultrapassar o efêmero.

5. Reconhecimento por instância legitimadora/ consagradora dos pares; forma de seleção (produção independente, comissão organizadora ou curadoria, edital, convite, comissão de seleção, prêmio na temporada).

No Triênio 2007-2009, o acompanhamento do processo de classificação da produção artística foi conduzido através do Web Qualis Artístico. Para o triênio 2010/2012, a área deliberou sobre a constituição da comissão, que passou a conservar 50% de pesquisadores artistas e renovar a outra metade da mesma.

5.3 A PRODUÇÃO ARTÍSTICA E OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Para que a produção artística possa ser qualificada como acadêmica, o ideal é que a mesma deva estar arquivada e disponível para a comunidade acadêmica. O meio mais efetivo para atingir tal meta é a catalogação, arquivamento e compartilhamento dos registros da produção artística em bibliotecas digitais. A maioria das universidades brasileiras já conta com repositórios institucionais instalados (ver listagem de Bibliotecas Digitais no IBICT). Espera-se que não demore para que a produção artística também esteja disponível mais amplamente em suas instituições, assim como acontece com as teses e dissertações dos PPG.

Como sugestão consideram-se três os tipos de documentos a serem empregados inicialmente: a) Documento iconográfico (Pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho, entre outros); b) Documento sonoro (Disco, CD, DVD, Cassete); e c) Vídeo e Imagem em movimento.

No documento de área de 2013 há a reiteração do princípio de que a produção artística não dispensa o docente permanente de apresentar suas reflexões na forma bibliográfica. A área considera que a produção artística e a produção bibliográfica devem ser equilibradas. O Qualis artístico foi implementado com a finalidade de incorporar ao processo de avaliação da pós-graduação, valorizando as ações que articulam pesquisa acadêmica de pós-graduação com a criação de obras artísticas.

Assim, participações em congressos da área, onde as metodologias, resultados e reflexões teóricas sobre a pesquisa artística podem ser apresentados e debatidos, sendo particularmente adequados como produção bibliográfica do docente artista membro de linhas de pesquisa ligadas às poéticas artísticas e práticas interpretativas. A troca de informações e contatos entre pesquisadores de todos os níveis, que

acontece nos congressos e reuniões científicas estabelecidos em todas as subáreas da grande área de Artes/Música pelas associações nacionais, é essencial para o desenvolvimento e amadurecimento da pesquisa na área de artes.

Após a leitura minuciosa dos Documentos de Área Artes dos seguintes anos: 2001, 2004, 2007, 2010, 2013 e 2017, percebeu-se que existem indícios da necessidade de criação do Qualis Artístico para aferir os índices necessários para os programas de pós-graduação. Não obstante, observou-se que o documento de área 2001 (BRASIL, 2001) cita a necessidade de criação de um Qualis que abranja a demanda e as especificidades da área.

Nos documentos de área de 2004 e 2007, observou-se a menção ao já criado Qualis Artístico, bem como é frisada e rediscutida a manutenção da produção bibliográfica juntamente com a produção artística, pois quando um docente aceita fazer parte de um ou mais programas de pós-graduação em artes, tem a consciência de que deverá contribuir não somente com seu produto artístico, mas também com o registro bibliográfico com sua pesquisa para a área.

É fundamental pensar a relação dos PPG em Artes com o registro do conhecimento produzido nas universidades, pois a diversidade de suportes documentais existentes torna a tarefa do registro, salvaguarda e difusão destas informações complexa. É necessário, ainda, discutir, juntamente com as universidades, o desenvolvimento de repositórios institucionais que possam armazenar tais suportes documentais diversos que fogem dos convencionais impressos.

Faz-se necessária a busca permanente por aproximar tais PPG, bem como suas produções, da comunidade e sociedade, para que estas possam, em qualquer lugar do país, acessar tais produções e sentir-se pertencentes a tais projetos e pesquisas desenvolvidas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, neste trabalho, discutir o Qualis Artístico analisando, por um lado, de que forma foi discutida sua criação e por outro, sua aplicação na Plataforma Sucupira. Para as avaliações dos programas de pós-graduação em Artes. Os critérios adotados pela Comissão de Avaliação em algum momento são alvos de críticas. A produção intelectual de pesquisadores artistas, que, mesmo com a criação do Qualis Artístico, são reavaliadas e discutidas pela comissão.

O trabalho do docente-pesquisador-artista requer destes profissionais a jornada dupla, ou seja, a produção artística e o registro bibliográfico de forma textual da sua pesquisa para que desta forma sejam validadas suas pesquisas.

Compreender que tais pesquisas nos programas de pós-graduação em artes são requisitos obrigatórios para a criação do produto artísticos, pois sem isso, tais produtos e/ou criações bibliográficas não tem como ser consideradas na avaliação (antes trienal e hoje) quadrienal, ou seja, ficariam lacunas que precisariam ser melhor discutidas entre a comunidade científica que utiliza o Qualis Artístico.

Dentre os Relatórios das avaliações dos PPG em Artes dos anos de 2001, 2004, 2007, 2010, 2013 e 2017 é possível notar as dificuldades encontradas pela Comissão de Consultores em tabelar a produção artística conforme verificado através de consulta ao Currículo Lattes e a Plataforma Sucupira. O espelhamento de tais informações preenchidas na Plataforma Lattes, pelos pesquisadores, não estava contemplado em sua especificidade e totalidade na Plataforma Sucupira.

Outrossim, verificou-se, por meio da análise dos relatórios das avaliações, que não houve sucesso nas tentativas de preencher lacunas por meio de discussões entre avaliadores e a equipe de Tecnologia da Informação da Plataforma Sucupira no decorrer dos anos.

No estudo comparativo realizado entre os campos e itens do currículo Lattes e da Plataforma Sucupira, percebeu-se que os campos existentes em um não são os mesmos no outro. Tal situação causa retrabalho da equipe de consultores e claro, dos responsáveis pelos PPG em preencher tais informações que ficam defasadas e muitas das vezes inconsistentes.

O processo de avaliação da pós-graduação brasileira completa 42 anos em 2020, com muitos reconhecimentos pela comunidade científica, bem como apontamento da necessidade de aprimoramento no que tange o Qualis Artístico: tanto

em seus quesitos como na forma de avaliação das produções artísticas, visando simplificar as atividades de registro a que se submetem os pesquisadores vinculados a PPG em artes.

Por fim, faz-se necessária a inclusão, nas pautas da CAPES, CNPq e demais agências, a inclusão das discussões sobre a guarda, tratamento e disseminação de produtos artísticos criados em PPG, para que sejam disponibilizados nos repositórios institucionais e que estes tenham capacidade para receberem as mais diversas tipologias documentais geradas pela área artística.

REFERÊNCIAS

- BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 275-304.
- BARATA, R. B. A ABRASCO e a pós-graduação stricto sensu em Saúde Coletiva. In: LIMA, N. T.; SANTANA, J. P.; PAIVA, C. H. A. (Eds.) *Saúde Coletiva: a ABRASCO em 35 anos de história*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: BOURDIEU, Pierre, ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BRASIL a. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *História e Missão*. Brasília [s.d.]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em 15 ago. 2018
- BRASIL b. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Evolução do sistema de avaliação da pós-graduação*. Brasília [s.d.]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoinformacao/informacoes-classificadas/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6871-caracterizacao-do-sistema-de-avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- BRASIL c. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Qualis-Periódicos*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- BRASIL d. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Classificação da produção intelectual*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://metadados.capes.gov.br/index.php/catalog/143/datafile/F2>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- BRASIL e. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Caracterização do Sistema de Avaliação da Pós-graduação*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoinformacao/informacoes-classificadas/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6871-caracterizacao-do-sistema-de-avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 08 out. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório da Comissão Internacional de Avaliação sobre o processo de avaliação do programa de pós-graduação da CAPES. *Infocapes*, Brasília, v.5, n.2, p.21-26, abr./jun. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Infocapes: Boletim Informativo*, Brasília, v.2, n.3, jul./set. 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plataforma Sucupira*. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/producaoIntelectual/liStaProducaoIntelectual.jsf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Regulamento para a avaliação quadrienal 2017 (2013-2016): programas acadêmicos e programas profissionais*. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/27032017-Portaria-59-21-03-2017-Regulamento-da-Avaliacao-Quadrienal.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019.

CAPES, 50 ANOS: depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília: CAPES, 2002.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. CAPES 60 anos. Revista Comemorativa 2011. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Revista-Capes-60-anos.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

DAHLER-LARSEN, Peter. *The evaluation society*. Stanford, CA: Stanford Business Books, 2011.

LINDSEY, D. Using citations counts as a measure of quality in science measuring what's measurable rather than what's valid. *Scientometrics*, v. 15, n. 3-4, p. 189-203, 1989.

MOREIRA, Carlos Otávio F.; HORTALE, Virgínia Alonso; HARTZ, Zulmira de Araújo. Avaliação da pós-graduação: buscando consenso. *Revista Brasileira da Pós-Graduação*, Brasília, v.1, n.1, p.26-40, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/publicacoes/rbpg>>. Acesso em: 21 out. 2019.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições na pós-graduação do Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.24, n.83, p.627-641, ago. 2003.

SILVA, Antonio Ozaí da. Somos todos delinquentes acadêmicos. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 88, set. 2002.

SOUZA, Elaina Pereira de; PAULA, Maria Carlota de. Qualis: a base de qualificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação CAPES. *Infocapes*, Brasília, v.10, n.2, p. 6-24, abr./jun. 2002.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. 221 p.

ULHÔA, Martha Tupinambá de. Pesquisa artística - editorial. *Art Research Journal*, v.1/2, p. i-vi, jul/dez, 2014.

VELHO, Lea. *Modos de produção de conhecimento e inovação: o estado da arte e implicações para a política científica, tecnológica e de inovação: nota técnica*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, fev. 2010. (Projeto nova geração de políticas de ciência, tecnologia e inovação).

APÊNDICE A – Comparativo: Área da Música

COMPARATIVO DE CAMPOS [ITENS] PARA PRODUÇÃO ARTÍSTICA - MÚSICA				
LATTES		PLATAFORMA SUCUPIRA		
DADOS GERAIS		DETALHAMENTO	CONTEÚDO	CARACTERÍSTICA
		Descrição da Produção	Breve descrição do projeto desenvolvido	Obrigatório
Natureza [selecionar]	Apresentação de Obra (para compositores); Arranjo; Audiovisual; Composição (estréia); Diversas; Interpretação; Publicação de Partitura; Registro Fonográfico; Trilha Sonora; Outra.	Categoria [selecionar]	Selecionar dentre as opções: Apresentação de Obra (para compositores); Arranjo; Audiovisual; Composição (estréia); Diversas; Interpretação; Publicação de Partitura; Registro Fonográfico; Trilha Sonora; Outra.	Obrigatório
Título				
Ano				
País [selecionar]		País [selecionar]	Selecionar na listagem o país onde ocorreu a apresentação	Obrigatório
Idioma [selecionar]				
Meio de Divulgação [selecionar]	Impresso; Meio Magnético; Meio Digital; Filme; Hipertexto; Outro; Impresso e Mídia Eletrônica.	Suporte / Forma de Registro	Selecionar dentre as opções: Audiovisual; Impresso; Meio-Eletrônico; Multimeios; Outro.	Obrigatório
Home page do trabalho (URL)		URL	Endereço Eletrônico (Uniform Resource Locator) com divulgação/informação da/o apresentação/evento	Não Obrigatório
É um dos 5 trabalhos mais relevantes de sua produção?	Sim ou Não?			
É uma produção para educação e popularização de CeT?	Sim ou Não?			
DETALHAMENTO				
Tipo de Evento [selecionar]	Concerto; Concurso; Festival; Performance; Récita Lírica; Recital; Registro Fonográfico; Show; Temporada; Turnê; Outro.	Evento	Selecionar dentre as opções: Concerto; Concurso; Festival; Performance; Récita Lírica; Recital; Registro Fonográfico; Show; Temporada; Turnê; Outro.	Obrigatório
Atividade dos autores	Arranjador; Cantor;	Atividade dos	Selecionar dentre as	Obrigatório

[selecionar]	Compositor; Instrumentista; Regente; Solista; Outro.	autores [selecionar]	opções: Arranjador; Cantor; Compositor; Instrumentista; Regente; Solista; Outra.	
Formação Instrumental		Formação Instrumental/ Vocal/ Eletroacústica	Formação Instrumental/ vocal/ eletroacústica requerida	Obrigatória
Ineditismo da Obra? [marcar]				
Data de Estréia		Data de Estréia	Data da primeira apresentação	Não obrigatório
Local da Estréia		Local da Estréia	Especificação do recinto da apresentação (sala, teatro, etc)	Não obrigatório
Premiação		Premiação	Informar se a produção foi contemplada com premiação	Obrigatório
Nome da Instituição promotora do prêmio		Nome/Instituição promotora do prêmio	Nome da Instituição que promoveu a premiação da produção	Não obrigatório
Obra de referência		Obra(s) de referência	Informar a(s) obra(s) de referência	Não obrigatório
Autor de obra de referência		Autor(es) da(s) Obra(s) de Referência	Autor(es) da(s) obra(s)em que a produção foi baseada	Não obrigatório
Ano da obra de referência				
Duração (minutos)		Duração da(s) obra(s) ou apresentação (minutos)	Extensão temporal na apresentação	Obrigatório
Temporada		Temporada	Espaço de tempo em que a produção esteve em apresentação	Não obrigatório
Instituição promotora do evento		Instituição Promotora/ Editora/ Gravadora	Nome da Instituição que promoveu/ editou e/ou gravou a apresentação/evento	Obrigatório
Local do Evento		Local da Apresentação	Especificação do recinto da apresentação (sala, teatro, etc.)	Não obrigatório
Cidade do Evento				
AUTORES				
Autores [preencher os autores por ordem de autoria]				
PALAVRAS-CHAVE				

Palavras-chave[inserir as palavras-chave]				
ÁREAS				
Áreas do conhecimento [inserir]				
SETORES				
Setor de aplicação da Tabela CNAE [selecionar]				
OUTRAS INFORMAÇÕES				
Outras Informações		Observações	Informações Adicionais	Não Obrigatório
TRADUÇÕES				
Title				
Other Information				
		Cidade	Cidade da apresentação	Obrigatório
		Natureza do Vínculo [selecionar]	Temático; Conceitual; Metodológico. A natureza do vínculo da produção com as áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos do programa.	Obrigatório
		Abrangência [selecionar]	Selecionar na listagem a abrangência da produção	Obrigatório
		Aval Institucional [selecionar]	Selecionar na listagem o tipo de aval institucional da produção	Obrigatório
		Natureza do Edital, Seleção ou Convite	Descrever a natureza do Edital, da Seleção ou do Convite	Obrigatório
		Data/Período do Evento/Apresentação	Duração temporal do evento	Não obrigatório

APÊNDICE B – Comparativo: Área de Artes Cênicas

COMPARATIVO DE CAMPOS [ITENS] PARA PRODUÇÃO ARTÍSTICA - ARTES CÊNICAS				
CURRÍCULO LATTES		PLATAFORMA SUCUPIRA		
DADOS GERAIS		DETALHAMENTO	CONTEÚDO	CARACTERÍSTICA
		Descrição da Produção	Descrição resumida da produção intelectual	Obrigatório
Natureza [selecionar]	Audiovisual; Circense; Coreográfica; Diversas; Operística; Performática; Radialística; Teatral; Outra.	Categoria [selecionar]	Audiovisual; Circense; Coreográfica; Diversas; Operística; Performática; Radialística; Teatral; Outra.	Obrigatório
Título				
Ano				
País [selecionar]		País [selecionar]	Selecionar na listagem o país onde ocorreu a apresentação	Obrigatório
Idioma [selecionar]				
Meio de Divulgação [selecionar]	Impresso; Meio Magnético; Meio Digital; Filme; Hipertexto; Outro; Impresso e Mídia Eletrônica.	Suporte / Forma de Registro	Audiovisual; Impresso; Meio-Eletrônico; Multimídias; Outro.	Obrigatório
Home page do trabalho (URL)		URL	Endereço Eletrônico (Uniform Resource Locator)	Não Obrigatório
É um dos 5 trabalhos mais relevantes de sua produção?	Sim ou Não?			
É uma produção para educação e popularização de CeT?	Sim ou Não?			
DETALHAMENTO				
Tipo de Evento [selecionar]	Apresentação única; Concurso; Festival; Teledrama; Temporada; Turnê; Outro.	Evento	Apresentação única; Concurso; Festival; Teledrama; Temporada; Turnê; Outro.	Obrigatório
Atividade dos autores [selecionar]	Aderecista; Ator; Bonequeiro; Caracterizador; Cenógrafo; Coreógrafo; Dançarino; Diretor; Diretor Musical; Dramaturgista; Dramaturgo; Encenador; Figurinista; Iluminador; Maquiador; Preparador Corporal; Preparador Vocal; Outra.	Atividade dos autores [selecionar]	Aderecista; Ator; Bonequeiro; Caracterizador; Cenógrafo; Coreógrafo; Dançarino; Diretor; Diretor Musical; Dramaturgista; Dramaturgo; Encenador; Figurinista; Iluminador; Maquiador; Preparador Corporal; Preparador Vocal; Outra.	Obrigatório

Ineditismo da Obra? [marcar]				
Data de Estréia		Data de Estréia	Informar a data da estréia da produção	Não obrigatório
Local da Estréia		Local da Estréia	Informar o local em que ocorreu a estréia	Não obrigatório
Premiação		Premiação	Informar se a produção recebeu premiação	Obrigatório
Nome da Instituição promotora do prêmio		Nome/Instituição promotora do prêmio	Nome ou Instituição promotora do prêmio	Não obrigatório
Obra de referência		Obra de referência	Obra(s) em que a produção foi baseada	Não obrigatório
Autor de obra de referência		Autor(es) da(s) Obra(s) de Referência	Autor(es) da(s) obra(s) em que a produção foi baseada	Não obrigatório
Ano da obra de referência				
Duração (minutos)		Duração da(s) obra(s) ou apresentação (minutos)	Extensão temporal na apresentação	Obrigatório
Temporada		Temporada	Espaço de tempo em que a produção esteve na apresentação	Não obrigatório
Instituição promotora do evento		Instituição Promotora / Editora	Instituição promotora ou editora do evento	Obrigatório
Local do Evento		Local da Apresentação	Especificação do recinto da apresentação (sala, teatro, etc.)	Não obrigatório
Cidade do Evento				
AUTORES				
Autores [preencher os autores por ordem de autoria]				
Palavras-chave[inserir as palavras-chave]				
ÁREAS				
Áreas do conhecimento [inserir]				
SETORES				
Setor de aplicação da Tabela CNAE [selecionar]				

OUTRAS INFORMAÇÕES				
Outras Informações		Observações	Informações Adicionais	Não Obrigatório
TRADUÇÕES				
Title				
Other Information				
		Cidade	Cidade onde ocorreu a apresentação	Obrigatório
		Natureza do Vínculo [selecionar]	Temático; Conceitual; Metodológico. A natureza do vínculo da produção com as áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos do programa.	Obrigatório
		Abrangência [selecionar]	Selecionar na listagem a abrangência da produção	Obrigatório
		Aval Institucional [selecionar]	Selecionar na listagem o tipo de aval institucional da produção	Obrigatório
		Natureza do Edital, Seleção ou Convite	Descrever a natureza do Edital, da Seleção ou do Convite	Obrigatório
		Data/Período do Evento/Apresentação	Data ou período em que a produção foi apresentada	Não obrigatório

APÊNDICE C – Comparativo: Área de Artes Visuais

COMPARATIVO DE CAMPOS [ITENS] PARA PRODUÇÃO ARTÍSTICA - ARTES VISUAIS				
CURRÍCULO LATTES		PLATAFORMA SUCUPIRA		
DADOS GERAIS		DETALHAMENTO	CONTEÚDO	CARACTERÍSTICA
		Descrição da Produção	Descrição resumida da produção intelectual	Obrigatório
Natureza [selecionar]	Animação; Computação Gráfica; Desenho; Diversas; Escultura; Filme; Fotografia; Gravura; Ilustração; Instalação; Intervenção Urbana; Livro de Artista; Performance; Pintura; Programação Visual; Vídeo; WebArt; Outra	Categoria [selecionar]	Selecionar dentre as opções: Animação; Computação Gráfica; Desenho; Diversas; Escultura; Filme; Fotografia; Gravura; Ilustração; Instalação; Intervenção Urbana; Livro de Artista; Performance; Pintura; Programação Visual; Vídeo; WebArt; Outra	Obrigatório
Título		Título da(s) obra(s)/ série(s) apresentada(s)	Denominação pela qual a produção é conhecida	Não obrigatório
Ano				
País [selecionar]		País [selecionar]	Selecionar na lista o país em que a produção foi apresentada	Obrigatório
Idioma [selecionar]				
Meio de Divulgação [selecionar]	Impresso; Meio Magnético; Meio Digital; Filme; Hipertexto; Outro; Impresso e Mídia Eletrônica.	Suporte / Forma de Registro	Selecionar dentre as opções: Audiovisual; Impresso; Meio-Eletrônico; Multimeios; Outro.	Obrigatório
Home page do trabalho (URL)		URL	Endereço Eletrônico (Uniform Resource Locator)	Não Obrigatório
É um dos 5 trabalhos mais relevantes de sua produção?	Sim ou Não?			
É uma produção para educação e popularização de CeT?	Sim ou Não?			
DETALHAMENTO				
Tipo de Evento [selecionar]	Apresentação; Bial; Exposição Individual; Exposição Individual Convite; Exposição Individual Seleção; Exposição Individual Seleção; Exposição Individual Edital; Exposição Coletiva; Exposição Coletiva Convite; Exposição	Evento	Selecionar dentre as opções: Apresentação; Bial; Exposição Individual; Exposição Individual Convite; Exposição Individual Seleção; Exposição Individual Seleção; Exposição Individual Edital; Exposição Coletiva; Exposição	Obrigatório

	Coletiva Seleção; Exposição Coletiva Edital; Festival; Salão; Outro.		Coletiva Convite; Exposição Coletiva Seleção; Exposição Coletiva Edital; Festival; Salão; Outro; Não se aplica.	
Atividade dos autores [selecionar]	Adrecista; Animador; Artista Multimídia; Artista Plástico; Artista Visual; Cenógrafo; Cineasta; Curador; Desenhista; Escultor; Figurista; Fotógrafo; Gravador; Ilustrador; Performer; Pintor; Programador Visual; Roteirista; Vídeo Maker; Web artist; Outra.	Atividade dos autores [selecionar]	Selecionar dentre as opções: Adrecista; Animador; Artista Multimídia; Artista Plástico; Artista Visual; Cenógrafo; Cineasta; Curador; Desenhista; Escultor; Figurista; Fotógrafo; Gravador; Ilustrador; Performer; Pintor; Programador Visual; Roteirista; Vídeo Maker; Web artist; Outra.	Obrigatório
Itinerante? [marcar]		Itinerante?	Informar se a produção tem caráter itinerante	Obrigatório
Premiação		Premiação	Informar se a produção recebeu premiação	Obrigatório
Nome da Instituição promotora do prêmio		Nome/Instituição Promotora do Prêmio	Nome da Instituição que promoveu a premiação da produção	Não obrigatório
Temporada				
Instituição promotora do evento		Instituição Promotora do Evento/ Editora	Nome da Instituição que promoveu/ editou e/ou gravou a apresentação/ evento	Obrigatório
Local do Evento		Local	Especificação do recinto da apresentação (sala, teatro, etc)	Não obrigatório
Cidade do Evento		Cidade	Informar a cidade em que a produção foi apresentada	Obrigatório
AUTORES				
Autores [preencher os autores por ordem de autoria]				
PALAVRAS-CHAVE				
Palavras-chave [inserir as palavras-chave]				
ÁREAS				
Áreas do conhecimento [inserir]				
SETORES				
Setor de aplicação da				

Tabela CNAE [selecionar]				
OUTRAS INFORMAÇÕES				
Outras Informações		Observações	Informações Adicionais	Não Obrigatório
TRADUÇÕES				
Title				
Other Information				
		Natureza do Vínculo [selecionar]	Temático; Conceitual; Metodológico. A natureza do vínculo da produção com as áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos do programa.	Obrigatório
		Abrangência [selecionar]	Selecionar na listagem a abrangência da produção	Obrigatório
		Aval Institucional [selecionar]	Selecionar na listagem o tipo de aval institucional da produção	Obrigatório
		Natureza do Edital, Seleção ou Convite	Descrever a natureza do Edital, da Seleção ou do Convite	Obrigatório
		Data/Período do Evento/Apresentação	Informar a data ou período em que a produção foi apresentada	Não obrigatório